

 **Prefácio**  
*Preface*

Philippe Léna <sup>a</sup> 

Liz-Rejane Issberner <sup>b</sup> 

Desafios das Ciências Sociais no Antropoceno é o título desse Dossiê inteiramente dedicado às questões ambientais, o que confere à Liinc em Revista o pioneirismo entre os periódicos em Ciência da Informação na abertura desta nova e promissora rota de pesquisa na área.

Esse número da Liinc aborda a temática do Antropoceno pela ótica da produção, circulação e apropriação da informação e do conhecimento em sua relação com os processos de transformação social.

**O transe**

O Antropoceno é a época em que as ações humanas são capazes de desestabilizar o sistema Terra, provocando o aquecimento global, o aumento do nível dos oceanos, a perda da biodiversidade, a escassez hídrica, a poluição química generalizada, entre outras catástrofes. Desde que a palavra Antropoceno foi lançada por especialistas do sistema Terra há pouco mais de 20 anos, ela se difundiu muito além do campo científico, ganhando espaço nos debates políticos e socioeconômicos, sem mesmo falar do seu sucesso midiático. Esse sucesso está em parte relacionado com a sua capacidade de sintetizar numa só palavra o grande (e crescente) número de dados científicos sobre componentes do sistema Terra, produzidos por especialistas de muitas disciplinas. A noção de Antropoceno também marcou a passagem da noção de “crise ambiental” ou “crise ecológica” para a de transformação geológica de origem antrópica. Isto é, uma situação muito mais dramática e global, em que todas as “crises” são interligadas. Com o Antropoceno, é o sistema Terra no seu funcionamento global que é alterado, desequilibrado. Ou seja, é a habitabilidade do planeta, para a espécie humana e muitas outras, que está em questão. A escala das modificações antropogênicas, a irreversibilidade dos seus efeitos, questionam os fundamentos da relação entre os humanos e o resto do mundo.

A noção de antropoceno franqueia de forma inquestionável a entrada das ciências sociais e humanas no território das ciências naturais, o que requer um movimento de insurgência contra as fronteiras disciplinares que nos alienaram do mundo natural. Tais

---

<sup>a</sup> Institut de Recherche pour le Développement, França.

<sup>b</sup> Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

\* Correspondência para/Correspondence to: Philippe Léna. E-mail: philippe-lena@orange.fr.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)  

movimentos descrevem hoje um componente da “ecologia-mundo” (Moore, 2015), objeto irredutivelmente híbrido do qual as sociedades são parte. A crescente consciência da iminência do desastre leva a questionar a herança filosófica do ocidente e os mitos fundadores da modernidade que nos levaram a essa situação de perigo global iminente. As categorias usadas para pensar a relação entre sociedade e natureza, e a própria separação entre as duas, parecem ser parte do problema. Por isso está em curso uma revalorização de formas alternativas de pensar e agir que foram desprezadas, redescobrimo, debaixo do universalismo abstrato, a grande diversidade das formas de saber, ser e estar no mundo.

## **Aceleração**

As profundas transformações (econômicas, sociais, políticas, tecnológicas etc.) exigidas pela situação antropocênica geram uma aceleração e diversificação da produção de conhecimentos e uma intensificação dos fluxos de informação. Sua circulação, apropriação e formas de uso condicionam os processos de transformação social em curso.

O conhecimento científico é imprescindível para estabelecer os diagnósticos que revelam a dimensão e a dinâmica das transformações e degradações induzidas pelas atividades humanas. Porém, tornou-se a cada dia mais óbvio que abordar cada crise ecológica de forma isolada e procurar soluções técnico-científicas numa busca sem fim não está à altura do problema. Não se trata de lidar com efeitos “externos” afetando “a natureza”, mas de analisar o modo de funcionamento da sociedade que torna essas degradações funcionais, como parte do sistema.

Na modernidade predomina uma concepção linear do tempo, aberta, sem objetivo definido, a não ser o bem-estar crescente e a emancipação, inclusive a emancipação em relação à natureza e suas determinações. Essa concepção é consubstancial à ideia de progresso que se formou no iluminismo. Segundo Hartmut Rosa (2005) foi a partir dessa época que se instalou uma defasagem entre o horizonte da experiência e as expectativas de um futuro melhor. O que levou parte das sociedades ocidentais a experimentar uma certa “impaciência” difusa, um desejo de alcançar esse futuro mais rapidamente, em contraste com a lentidão dos processos sociopolíticos experimentados no presente. Ou seja, ocorreu uma desvalorização do presente e do passado e uma supervalorização do futuro. De acordo com esse autor, foi esse desejo de acelerar a história que provocou a aceleração técnica e não o contrário. Embora a aceleração técnica, a inovação permanente, tenha outras causas, como a busca de lucros, a concorrência e a acumulação de capital, é fácil constatar hoje o quanto as representações do progresso incorporam ainda essa ânsia pelas realizações futuras e suas promessas. Porém, pela primeira vez, a sociedade termoindustrial capitalista e produtivista se depara com a noção de limites e de emergência. Não se trata tão somente de limitações em termos de recursos, limites absolutos ou devidos a custos de exploração crescentes, mas da ameaça de colapso do ecossistema global sob o impacto das atividades humanas. Os alertas da comunidade científica são cada vez

mais dramáticos e afirmam que o tempo está se esgotando, o metabolismo socioeconômico global ultrapassando uma depois da outra os nove limites ou fronteiras estabelecidas por estudos científicos (Steffen *et al.* 2015; Persson 2022). Uma mudança radical do sistema econômico deveria, portanto, ser empreendida a curto prazo para amenizar os efeitos mais catastróficos da alteração do sistema Terra e tentar se adaptar às transformações já em curso e que vão se intensificar e se prolongar por séculos, mesmo se a humanidade desaparecesse. Por enquanto, o que se observa é uma aceleração da degradação.

## **As desigualdades**

De maneira concomitante e interligada existe a percepção de que o sistema industrial-capitalista não está mais em condição de realizar as promessas da modernidade. Presenciamos a acentuação das desigualdades, a multiplicação dos conflitos, uma exacerbação da violência, a permanência e mesmo o agravamento (recente) da pobreza extrema. A percepção da aceleração do tempo social e tecnológico causa mais *burn out* do que satisfação. Durante muito tempo os conflitos sociais tinham como pano de fundo a perspectiva de crescimento econômico. Graças a políticas de redistribuição e desenvolvimento, esses conflitos poderiam ser resolvidos. Essa visão do progresso, apesar de permeada por interesses divergentes, era compartilhada pela quase totalidade do espectro político no ocidente. Hoje essa válvula de escape está comprometida. Cada ponto de PIB representa a entrada de mais matéria e energia no sistema e mais lixo na saída, com intensidade variável, mas sempre presente. Esse crescimento da pegada ecológica significa mais destruição ambiental: extrativismo, agronegócio, desmatamento, poluição química etc. O sistema de produção se tornou sinônimo de sistema de destruição (Latour 2022).

O fim do “progresso” tal como foi concebido até o presente, a perspectiva de colapso do ecossistema global e do sistema econômico, geram ansiedade e aflição, principalmente entre a população mais jovem, que encontra sua expressão em numerosas passeatas. Os manifestantes, segurando cartazes onde estão escritas frases significativas do tipo “No Future” reclamam da inação dos responsáveis políticos. A perspectiva de um “fim” (concreto e/ou imaginário) tem um impacto amplo e já perceptível sobre diversos setores, desde a produção literária, artística, cinematográfica, até nas escolhas de vida individuais.

## **O Negacionismo**

Sustentado por poderosos interesses e diversas formas de negacionismo científico, mas também pelo desejo legítimo da população de baixa renda de alcançar o tão prometido nível de bem-estar e consumo das classes médias altas, o “crescentismo” está ainda em posição hegemônica. No entanto, é contestado não só por cientistas (ver os últimos relatórios do IPCC e do IPBES) mas cada vez mais por membros de instituições internacionais, partidos políticos (minoritários) e militantes organizados.

O “sistema” tenta levar em conta os alertas sem abandonar o modelo de acumulação. O resultado é a chamada “economia verde”. As atividades lucrativas se deslocam para setores promissores como painéis solares e energia eólica, isto é, a produção em massa de novas mercadorias, aumento do extrativismo e da ocupação-apropriação de espaços. Não diz nada a respeito da sexta extinção da vida ou da destruição de espaços naturais. A aposta da economia verde, timidamente adotada por um número crescente de governos, consiste num desacoplamento absoluto entre o crescimento econômico e a utilização de materiais e energia. De acordo com a literatura científica, existe alta probabilidade de que isso seja fisicamente impossível (Parrique 2022) e, com certeza, não no tamanho e rapidez necessários para fazer com que a pegada ecológica humana volte dentro dos limites planetários.

## Os Movimentos

Diante desse impasse, apoiando-se nos alertas de cientistas, surgiram no início dos anos 2000 movimentos propondo o decrescimento demo-econômico ou alertando sobre o colapso ambiental e civilizatório iminente. Os dois são heterogêneos internamente, mas compartilham a maior parte do diagnóstico entre si. Existem debates sobre os cenários possíveis, efeito dominó a partir da ruptura de cadeias globais de abastecimento (secas, enchentes, guerras...), mudança brusca do regime climático, conflitos etc. Não pretendem criar uma nova disciplina (embora inicialmente formados principalmente por intelectuais), se trata de um projeto político. A primeira tarefa sendo de denunciar a cegueira da sociedade frente à catástrofe iminente e influenciar os tomadores de decisão. A ruptura com o modelo hegemônico é total. Esses dois grupos, decrescentistas e “colapsólogos”, têm ligações com outros movimentos tais como “pós-capitalismo”, “pós-crescimento”, World Scientists Alliance, Extinção rebelião etc. A natureza dos conflitos sociais está mudando, os conflitos clássicos não desaparecem, mas são inseridos em outra narrativa. Renunciar ao crescimento econômico só é factível através de uma ampla redistribuição de riquezas e poder bem como uma reavaliação do que é riqueza e do que é uma vida boa.

A consciência crescente dos limites e da iminência do desastre leva a duas atitudes, não excludentes, de tentar mudar o sistema pela via política ou desenvolver iniciativas alternativas, muitas vezes locais. Os que defendem a segunda opção argumentam que o poder do sistema é tal que é quase impossível obter uma transformação radical pelos caminhos habituais. Movimentos como “Justiça climática” ou “Justiça ambiental” tentam fazer a ligação entre casos concretos de luta e a perspectiva global. São dezenas de milhares de lutas locais que visam preservar territórios tradicionais da expansão de projetos agroindustriais, de mineração ou de empreendimentos imobiliários. Pouco a pouco se aglutina um movimento heterogêneo e global que visa a assegurar a perenidade do tecido vivo que forma a habitabilidade do planeta. Trata-se de uma mudança profunda que privilegia outros valores, estamos num processo de mudança de cosmologia (Latour *op. cit.*).

## A dominação

O dualismo está amplamente difundido e profundamente incorporado no pensamento ocidental, com diversas variantes, uma das quais é a clivagem homem e natureza. A "mentalidade dualista" envolve um valor implícito ao que é superior (homem) *versus* o que é inferior (natureza), legitimando, assim, a dominação e a exploração. Esse ideário instituído há mais de 3 séculos sob o lema “dividir para dominar” promoveu a busca contínua de dominação da Natureza e de outros seres, em um processo de mercantilização de tudo o que existe. Reconstruir os caminhos que unem o conhecimento das ciências naturais e das ciências sociais significa questionar a validade do paradigma filosófico da racionalidade como uma das bases epistemológicas da civilização ocidental e da modernidade. Essa reconstrução passa pelo desenvolvimento de uma capacidade de escuta da parte dos cientistas sociais para o que dizem as ciências naturais sobre o papel do *homo sapiens* e trazê-lo para investigação no domínio do social, onde ele é investigado como *homo economicus*, com todas as suas diferentes perspectivas históricas e culturais.

A primazia do conhecimento científico ocidental e sua pretensão de universalidade, orientou o projeto civilizatório do Norte Global, no sentido da conquista do território, das suas riquezas e de seus habitantes. Esse projeto é dotado de uma racionalidade que justificava a práxis da violência, naquilo que era considerado como *Terra Nullius*, simbolizando a nulidade como eram vistos os habitantes das possessões ultramarinas.

Se essa modernidade nos levou a uma crise, que não é só ambiental, mas civilizatória, é tempo de buscar alternativas, inclusive em outros saberes que ficaram invisibilizados pela saga da modernidade. Ao que tudo indica, enfrentar o Antropoceno requer alterar o registro epistêmico racionalista que perdura nesta nova época. Isso requer uma insubordinação epistêmica, que leve a uma rota de fuga da modernidade. Ou seja, requer mobilizar outras chaves analíticas, que abalam o edifício da Modernidade, como o pensamento decolonial, que ganha força no Sul Global. A decolonialidade do ser e do saber ao lado do Ecofeminismo abrem trilhas para se explorar essas alternativas.

A modernidade nos levou ao colapso ecológico e a uma dominação física e epistêmica das antigas colônias. A dominação patriarcal, também faz parte da modernidade que subalternizou as mulheres em toda parte. Os valores do patriarcalismo estão imbricados na visão de mundo ocidental, que opõe mulheres e homens, natureza e civilização, tradição e modernidade, emoção e razão. Para a ecofeminista alemã, Maria Mies (1999), o corpo das mulheres se tornou uma colônia e tem relação com o imperialismo colonial que submeteu os habitantes e a natureza no Sul-Global. As ecofeministas latino-americanas trabalham com uma perspectiva da "crise da civilização", que só pode ser resolvida enfrentando as diferentes dimensões de dominação identificadas pela teoria feminista: classe, raça, gênero e relação com a natureza.

## **A decolonialidade**

O pensamento decolonial tem aglutinado um amplo conjunto de pesquisadores do Sul Global que, com uma vasta obra crítica, resgatam visões de mundo que foram ocultadas e marginalizadas pela lógica colonizadora. O termo "decolonial" tem sido empregado de forma ampla para se referir a diferentes escolas de pensamento, como por exemplo, estudos pós-coloniais, subalternos ou culturais. Na visão desse pensamento está esgotado o modelo de saber universal, consagrado como superior, que suplantou outros tipos de conhecimentos, considerados inferiores, como o conhecimento dos indígenas, dos negros, das mulheres.

O diferencial do pensamento decolonial latino-americano está na construção de uma teoria fundamentada na experiência vivida, no pensamento, nos lugares e localizações das comunidades que sofreram com o colonialismo.

Embora a colonialidade esteja intrinsecamente ligada ao capitalismo, ela não pode ser reduzida à economia, pois engloba também mecanismos culturais, epistemológicos e ontológicos de subjugação. A colonialidade perpassa as interpretações centradas na dependência econômica, num deslocamento onde a dominação é exercida pela conquista de diferentes dimensões interrelacionadas de poder, do saber e do ser.

## **Alternativas**

Dentre outras alternativas, as propostas do Buen Vivir reivindicam que a economia seja destronada como disciplina mestra do mundo capitalista. Em seu lugar reivindica outra ética voltada para a construção de escolhas focadas na proteção dos bens comuns.

E nesse ponto, é importante lembrar que muitos povos mundos a fora já fazem isso. A fala de líderes indígenas, como da hondurenha Berta Cáceres, silenciada pela sua luta e sua desobediência epistêmica, Sonia Guajajara, Joênia Wapichana, Ailton Krenak, aqui no Brasil, e de representantes de povos andinos e de outras partes do mundo já expressam o "pensar como espécie".

O líder indígena Ailton Krenak, diz em seu pequeno livro com o título "Ideias para adiar o fim do mundo" que os povos indígenas têm muita experiência do que é o fim do mundo, porque seu mundo acabou desde a invasão dos europeus (KRENAK 2019).

O xamã Yanomami Davi Kopenawa, em seu livro intitulado A Queda do Céu (KOPENAWA; ALBERT 2015), questiona a noção de progresso que governa a civilização ocidental, baseado em seu testemunho da destruição da Floresta Amazônica por pessoas não-indígenas, a quem ele chama de povo da mercadoria.

Se a crítica ao pensamento eurocêntrico não precisa ser iconoclasta, certamente precisa passar por um revisionismo profundo, repensando sua utilidade e seus efeitos nas relações entre os seres humanos e entre eles e a Terra e, assim, abrindo espaço para novas perspectivas.

Fica, então a pergunta: O que podemos aprender das visões de mundo indígenas e de outros povos marginalizados pela aventura da modernidade racionalista, e dos movimentos ecofeministas socialistas a fim de estabelecer infraestruturas viáveis, sustentáveis e regenerativas?

## Referências

FAO, The state of food insecurity in the world. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/en/> Acesso em 02, maio, 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A Queda do Céu. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. Mémo sur la nouvelle classe écologique. Paris, Les empêcheurs de penser en rond. 2022.

MIES Maria. Patriarchy and Accumulation on A World Scale: Women in the International Division of Labour. London: Zed Books 1999.

MOORE, Jason W. Capitalism in the web o life. Verso Books. 2015.

ONU, United Nations. Department of economic and social affairs The United Nations, Population Division, Population Estimates and Projections Section, 2012.

PARRIQUE, Timothée. [Decoupling in the IPCC AR6 WGIII – Timothée Parrique \(timotheeparrique.com\)](https://timotheeparrique.com). 2022.

PERSSON, Linn *et al.* Outside the safe operating space of the planetary boundary for novel entities. *Environ.Sci.Technol.* 56,1510-1521. 2022.

ROSA, Hartmut 2015 [2005]. Accélération. Une critique sociale du temps. Paris, La Découverte. 2015 [2005].

SACHS, Wolfgang. Preface. The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power, (Ed) Wolfgang Sachs, London: Zed Books. 332 pages. 2009.

STEFFEN, Will *et al.* Planetary Boundaries: Guiding human development on a changing planet. *Science* Vol. 347 no. 6223. 2015.